

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

ASSESSORIA DE IMPRENSA

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3229.3101



Fio Direto

SUELY ARANTES

Posse no TCE

A nova Mesa Diretora do Tribunal de Contas do Estado será empossada na sessão plenária do dia 5 de dezembro, às 15 horas. A solenidade confirmará a eleição de Celmar Rech para a presidência da Corte, no biênio 2019-2020, e de seus pares Saulo Mesquita (vice-presidente) e Helder Valin (corregedor geral).

De fato

Porém, Rech assumirá o posto somente em janeiro de 2019. Por enquanto, o atual vice-presidente do TCE atua em conjunto com uma comissão de transição designada para subsidiar a troca de gestão.



JUIZES GOIANOS

Eliton sanciona lei que cria licença-prêmio

DA REDAÇÃO

O governador José Eliton decidiu sancionar, na última quarta-feira, a lei que cria a licença-prêmio para juízes goianos. O projeto de lei que institui a licença-prêmio foi aprovada na terça-feira (27) pelo deputados goianos. A matéria gerou muita polêmica em julho, quando foi retirada de pauta após intensa mobilização da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás e do Sindicato dos Servidores e Serventuários da Justiça (SindJustiça).

Originalmente, a matéria tratava apenas de uma “adequação na estrutura organizacional do Poder Judiciário”, mas passou em primeira votação na última quinta-feira, com voto em separado do líder do governo, Francisco Oliveira (PSDB).

Na prática, o trecho incluído em questão aplica aos magistrados o disposto em duas leis complementares que tratam da concessão do benefício aos membros do Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO) e da Defensoria Pública do Estado de Goiás.



DMULGAÇÃO

Governador José Eliton (PSDB)

Além disso, também estende aos juízes uma série de outras garantias das demais carreiras.

É justamente a isonomia com o Ministério Público a justificativa do presidente da Associação dos Magistrados do Estado de Goiás (Asmego), Wilton Müller, para a forte mobilização da categoria para incluir no projeto a licença-prêmio aos magistrados. Muito criticado anteriormente, juízes e deputados asseguram, no entanto, que não haverá pagamento retroativo do benefício.



Arrecadação do Estado melhorou em outubro

Mas ainda faltam pelo menos 6 bilhões de reais, a serem arrecadados nos últimos dois meses do ano, para atingir a meta orçamentária que estimou em 24,9 bilhões de reais a receita deste ano. Assembleia pode prorrogar para 14 de dezembro o prazo para financiamento dos débitos em atraso



HELVÉCIO CARDOSO

Da editoria de **Política**

Depois de quedas contínuas desde abril deste ano, a arrecadação do Estado de Goiás apresentou sensível melhora durante o mês de outubro. A trajetória de queda parece ter sido revertida. Os dados já devidamente processados estão no site da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás.

Em setembro, o Estado fechou a conta com 1,82 bilhão de reais arrecadados, o pior resultado do ano, ficando um pouquinho abaixo do resultado de março, 1,83 bilhão de reais. Agora, em outubro, o resultado foi de 2 bilhões de reais, a maior arrecadação do ano.

Todas as fontes de arrecadação mostraram bom desempenho. As transferências da União subiram de 181 milhões de reais para 206 milhões. Com isso, o Estado chega neste mês de novembro com um total de 18,9 bilhões arrecadados. Mas, para atingir a meta orçamen-

tária de 2018, que estimou a arrecadação em 24,9 bilhões, o Fisco terá que melhorar ainda mais. Terá que arrecadarem dois meses pelo menos 6 bilhões de reais, média de 3 bi por mês.

ARRECADAÇÃO

O governo tinha anunciado, dias atrás, que iria tomar medidas para melhor a arrecadação. De fato, melhorou. O governo não esclareceu que medidas foram estas. Posto que não houve majoração das alíquotas tributárias, é de se supor que uma intensificação

da ação fiscalizatória resultou no incremento de receita de outubro.

Mas o que chamam tradicionalmente de "anistia fiscal", ou refinanciamento dos débitos fazendários, acabou mais uma vez entrando em cena, como de costume. Um projeto do governo estadual de refiz, para este ano, já está em tramitação na Assembleia Legislativa. Mais uma vez, o mau contribuinte será premiado.

O prazo para adesão ao programa de renegociação de débitos, poderá ser prorrogado para até o dia 14 de dezembro. Para tanto o

deputado Talles Barreto (PSDB) apresentou emenda modificando o prazo proposto pelo governo. A emenda entrou em discussão ontem na Comissão Mista da AL que examina o projeto governamental.

PROJETO

A emenda foi apresentada ao projeto nº 5128/18, de autoria da Governadoria do Estado, que promove alterações na lei nº 17.488, de 2011, relativa à delegação de capacidade tributária ativa aos municípios que contam com unidades do Corpo de Bombeiros Militar. A alteração proposta autoriza o Estado de Goiás a delegar aos municípios a cobrança da Taxa de Serviços Estaduais (TSE) incidente na utilização efetiva ou potencial de serviços específicos prestados pelo Corpo de Bombeiros Militar, (CBM) com vistas ao custeio das respectivas unidades operacionais locais, hoje presentes em

mais de 42 municípios goianos.

Vale lembrar que o programa de renegociação de débitos foi aprovado pela Assembleia Legislativa, através do projeto nº 4964/18, na última terça-feira, 27, o qual foi sancionado pelo Governo tornando-se a Lei Estadual nº 20.342.

A iniciativa permite que contribuintes com ICMS e ITCD atrasados possam quitar seus débitos, mediante parcelamentos e descontos nas multas e juros. O Governo espera arrecadar, aproximadamente, R\$600 milhões, que serão utilizados para manter o equilíbrio das contas públicas e cumprir metas de arrecadação.

LEGISLAÇÃO

Na legislação sancionada, a adesão ao programa seria permitida somente até o dia 10 de dezembro, mas percebendo-se que a data seria insuficiente para contemplar a todos, foi apresentado a emenda estendendo o prazo.



Adiada votação do projeto de incentivos

Matéria encaminhada pelo governador José Eliton (PSDB) será apreciada pelos deputados goianos só na próxima semana

VENCESLAU PIMENTEL*

A votação do projeto de lei que o governador José Eliton (PSDB) enviou à Assembleia legislativa, que dispõe sobre restituição dos incentivos, dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais e das isenções relativos ao ICMS, foi adiada para a próxima semana.

A apreciação da matéria, prevista para ontem, na Comissão Mista, não ocorreu por falta de quórum, e agora só deve acontecer na terça-feira, após o retorno do governador eleito Ronaldo Caiado (DEM), da viagem que faz a Inglaterra. Na segunda-feira, está prevista reunião dele com empresários, para discutir o assunto.

Por conta de questionamentos da bancada do PSDB, que questiona o corte linear de incentivos a empresas instaladas em Goiás, o relatório do deputado Lívio Luciano (Podemos) deixou de ser apreciado, ontem à tarde, na Comissão Mista.

Nela, entre outras alterações, ele sugere redução dos incentivos fiscais

em cerca de 12,5%. Lívio Luciano afirma que a medida é necessária porque Estado de Goiás seria o maior concesso de incentivos fiscais do Brasil. Assim, a proposta buscaria atenuar o déficit orçamentário goiano, proporcionando condições para a recuperação de sua capacidade financeira.

Lívio Luciano ressaltou ainda que existe uma expectativa grande em torno da redução de créditos outorgados de ICMS, pois Goiás é o estado com a maior renúncia fiscal do Brasil. Reafirmou que a proposta busca atenuar o déficit orçamentário do Estado, proporcionando condições para a recuperação da sua capacidade financeira para honrar obrigações e realizar investimentos necessários ao bem-estar da população.

Durante discussão da matéria, o deputado Jean Carlo (PSDB), único que teve emenda acatada no voto em separado do líder do Governo, explicou a adição feita ao texto, que dispensa obrigatoriedade de celebração de novos Termos de Acordo de Re-



Deputado aliado, Lívio Luciano ressaltou que existe grande expectativa em torno da redução de créditos outorgados de ICMS

gime Especial (Tare). "O artigo 4º prevê que todas as empresas do estado terão que firmar novos Tare, inclusive as não abrangidas pelos cortes. Ocorre que temos centenas de empresas e cada uma delas têm algumas dezenas de Tare. Isso é totalmente desnecessário e a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) não tem estrutura para realizar todo o cadastramento", alegou o parlamentar.

O deputado Jean ain-

da chamou atenção para o artigo 5º da matéria, que determina que quaisquer mudanças na legislação passem pela Casa de Leis, não podendo ser feitas por meio de ato do Executivo. "Isso nos dá o conforto de não ser algo absoluto e imutável", finalizou.

Emendas impositivas

Em razão de pedido de vista de deputados do PSDB, a Proposta de Emenda Constitucional

(PEC) que trata de modificação dos percentuais de aplicação do Orçamento Impositivo teve a sua votação adiada na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) da Assembleia Legislativa, durante a reunião de ontem à tarde.

A tramitação da PEC foi interrompida com o pedido de vista, porque os tucanos Talles Barreto, Jean Carlo e Helio de Sousa discordam dos no-

vos percentuais fixados na proposta. O projeto original, de autoria do deputado Bruno Peixoto (MDB), que adia a aplicação das emendas impositivas somente a partir de 2021, recebeu emenda substitutiva de Simeyzon Silveira (PSD) com alíquotas diferenciadas e crescentes. Ficou estabelecido, para 2019, 0,5%; em 2020 - 0,6%; em 2021 - 0,7%, e em 2022 - 0,8%. (* Especial para O Hoje)



Vinte mil podem perder bolsa

Sem pagar débito com instituições particulares de ensino, Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) pode ter dívida de R\$ 82 milhões até dezembro

THIAGO COSTA

Cerca de 20 mil estudantes universitários poderão perder a Bolsa OVG no próximo ano. Representantes do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Educação Superior do Estado de Goiás (Semesg) vão permitir que alunos assistidos pelo Programa Bolsa Universitária (PBU) concretizem suas matrículas para o próximo semestre, mas essa decisão não vai garantir a permanência do benefício a esses estudantes para 2019 pois existe uma dívida milionária da instituição com as instituições particulares.

De acordo com o presidente do Semesg, Jorge de Jesus Bernardo, para manter a gestão das instituições de ensino é necessário o pagamento do Bolsa OVG. Ainda de acordo com o presidente, a ausência desse pagamento às instituições as obriga recorrer a pegar dinheiro em bancos para cumprir suas obrigações financeiras com os impostos e folha de pagamento. Jorge de Jesus diz ainda que é impossível assumir toda a responsabilidade sozinho.

A decisão de deixar os estudantes fazerem suas matrículas foi tomada após sete meses de atraso dos repasses por parte da Organização Das Voluntárias de Goiás (OVG), que somam atualmente R\$ 62 milhões e a previsão é que, caso o problema não seja solucionado, até dezembro o valor da dívida com as instituições de ensino particulares chegará a R\$ 82 milhões.

Empurra-empurra

Por telefone, a reportagem do O Hoje entrou em contato com a assessoria de comunicação da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás (SEFAZ) sobre os atrasos do repasse. Por e-mail, a Secretaria da Fazenda disse que “questões inerentes ao Programa Bolsa Universitária devem ser tratados junto à OVG”, e não com a Secretaria. Na OVG, uma funcionária contrapõe o órgão e diz que a organização apenas distribui o dinheiro para os programas, mas que os atrasos vêm da Sefaz.

Criado em 1999 o PBU tem mais de 20 mil alunos. O programa tem duas modalidades para contemplar os beneficiários, sendo que



As instituições permitiram que os bolsistas efetivassem suas matrículas, mas os alunos só vão estudar se a dívida for paga

cada um delas recebe o benefício conforme a renda familiar. A bolsa parcial tem como prioridade os estudantes com renda bruta familiar mensal de até seis salários mínimos. Já a bolsa integral é para os alunos com renda bruta familiar de até três salários mínimos.

Até o fechamento desta reportagem a OVG não respondeu nosso e-mail. Ligamos várias vezes no órgão, sendo que muitas dessas vezes a ligação sequer chamava, dando sinal de telefone tirado do gancho. A reportagem foi até a sede da OVG e procurou a diretora do órgão, que não estava no local. Procurada pela nossa reportagem, na pró-

pria sala de assessoria de comunicação, o departamento solicitou as perguntas por e-mail. Já na redação, ligamos e falamos com a assessoria de comunicação novamente, que confirmou o recebimento e-mail e informou repassar as perguntas para a diretora, mas, que até então, a mesma não havia chegado ao local.

UEG

Outro repasse para universitários que também está em atraso é a bolsa para estudantes da Universidade Estadual de Goiás (UEG). São tanto estudantes de pesquisa quanto beneficiários por fatores socioeconômicos. De acordo com

uma estudante do curso de História da UEG, que não quis se identificar, a Sefaz ainda não repassou os valores referentes às bolsas dos estudantes dessas duas modalidades. Os atrasos seguem por quatro meses.

De acordo com a estudante, os beneficiários não recebem a quantia que ajuda custear os estudos e isso atrapalha toda a permanência deles na cidade onde residem, já que, muitas vezes, alguns são proibidos de trabalhar, pois assinam um contrato com a instituição e garantem que suas atribuições serão exclusivamente para a UEG.

O e-mail recebido pela estudante diz que a insti-

tuição entrará em contato com os estudantes caso haja alguma previsão ou o pagamento da bolsa e garante que o pagamento será feito, mas não define uma data. O que atrapalha a vida da futura historiadora é que o aluguel não espera o pagamento da bolsa, o que a faz depender exclusivamente dos pais, que moram em outra cidade. A jovem reside na cidade onde está instalada a instituição apenas para concretizar seus estudos e cobra uma resposta imediata.

O governador eleito, Ronaldo Caiado, afirmou que deverá manter o programa e “não deixará as mensalidades atrasarem”.



GOVERNO ESTADUAL

Pagamento da folha de servidores começa dia 6

O governo do Estado, por meio da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás (Sefaz), divulgou ontem o cronograma da folha de pagamento de novembro dos servidores do Estado, dividido em dez etapas. Conforme a tabela, servidores do Judiciário, Legislativo e órgãos autônomos começarão a receber no dia 6. Já os da própria Sefaz, os últimos da lista, só serão pagos no dia 20.

De acordo com nota divulgada pela pasta, o escalonamento do pagamento dos servidores é necessário tendo em vista que, “devido ao encerra-

mento do exercício, o Governo do Estado está intensificando os repasses para áreas como Saúde e Educação”. A priorização seria necessária para o “cumprimento das vinculações constitucionais”.

Mais cedo, o próprio governador José Eliton (PSDB) informou, em evento com a imprensa, que os salários de novembro começam a ser pagos no dia 6 com finalização antes do Natal. Com a medida, o Estado deixa de cumprir o cronograma de depositar salários de quem recebe até R\$ 3,5 mil no mês trabalhado.



Saúde estadual lança sistema informatizado para regulação

PROCESSO Secretaria defende que nova plataforma vai centralizar fluxo de dados e proporcionar mais transparência. Adesão de prefeituras é facultativa

Catherine Moraes

catherine.moraes@opopular.com.br

Com um custo estimado em pelo menos R\$ 300 mil por mês, a Secretaria Estadual de Saúde de Goiás (SES-GO) lançou ontem um novo sistema de informatização a ser utilizado para a regulação dos pacientes. Apesar da novidade, a administração será feita apenas pelos municípios que desejarem aderir tendo em vista que cada cidade goiana possui gestão plena da Saúde. Entre os benefícios prospectados está, inclusive, o acompanhamento das filas por meio de um aplicativo no celular. As prefeituras não terão, custos para operar o software.

O novo sistema, que ainda não tem um nome, será fornecido pela Duosystem, a mesma empresa que oferece a tecnologia para o Estado de São Paulo há 12 anos. Os dados são armazenados na nuvem para não sobrecarregar servidores da rede física e o aplicativo pode ser baixado em dispositivos móveis, como tablets e celulares. O compartilhamento de dados envolverá pacientes, médicos, secretarias municipais e a SES.

A previsão de implantação completa é de 12 meses e vai começar pelos hospitais gerenciados pelo Estado: Hospital de Urgência da Região Sudoeste (Hurso); Hospital Estadual de Jaruaguá (Heja); Hospital de Urgências de Trindade (Hutrin); Hospital Estadual Ernestina Lopes Jalme (HEELJ) e o Centro Estadual de Referência e Excelência em Dependência Química (Credeq) de Aparecida de Goiânia.

Unidades como Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo), Hospital Materno Infantil (HMI) e Hospital de Urgências Governador Otávio Lage (Hugol),



Fábio Lima

Complexo regulador do Estado: sistema atual não atende necessidade

apesar de serem estaduais são regulados pelo município. Desta forma só poderão ser incluídos no sistema caso haja adesão da Prefeitura de Goiânia por meio da Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

Coordenador médico do Complexo Regulador da SES-GO, Genésio Perelra explicou

“**Utilizamos um sistema do Ministério da Saúde que é gratuito, mas que quando sai do ar, impede nosso compartilhamento de dados**”

Genésio Pereira,
coordenador médico do Complexo Regulador da SES-GO

que atualmente, mais de seis sistemas são utilizados por Estado e prefeituras e o objetivo, neste momento, é a estruturação de uma fila única nos ambientes de urgência e ambulatorial. “Hoje não há profissionalização deste serviço. Utilizamos um sistema do Ministério da Saúde que é gratuito, mas que quando sai do ar, impede nosso compartilhamento de dados. Temos informações compartilhadas por e-mail, WhatsApp e não conseguimos reunir, em um mesmo ambiente todos os recursos”, completa.

O coordenador afirma ainda que o novo sistema diminui o número de faltas em consultas médicas e procedimentos. Isto seria proporcionado pelos avisos que a plataforma envia para os pacientes e, também, por, nos casos de eventuais cancelamentos, ser viável a substituição do usuário que não puder comparecer. Ela ainda diz que as fraudes serão reduzidas, tendo em vista que a fila é exposta a médicos, secretarias e pacientes.

AValiação

Sobre a adesão à nova plataforma, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Goiânia informou ontem, por meio de nota, que na última sexta-feira (23), a Superintendência de Regulação e Políticas de Saúde e a equipe técnica do Complexo Regulador visitaram a Secretaria Estadual de Saúde para conhecer o novo sistema. Na ocasião, diz a SMS, lhes foi apresentado o módulo da urgência. A pasta acrescentou ainda que “o diálogo com a regulação estadual está aberto e que aguarda a apresentação do novo sistema na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) para os 246 municípios do Goiás”. No entanto, a SMS não esclareceu sobre o interesse no sistema.

COMPENSAÇÃO

Diretor da Duosystem, João Paulo Campi afirma que a maior vantagem do programa é gerir melhor a verba da saúde que já é gasta atualmente. “Em São Paulo, por exemplo, percebemos que muitos leitos eram ocupados por pessoas que estavam apenas recebendo antibiótico intravenoso. Um atendimento domiciliar sairia mais barato, e desocuparia os leitos que são muito caros e concorridos. Em outros casos, por exemplo, descobrimos que apesar de um hospital ‘x’ ser o mais próximo do atendimento não havia condições de receber paciente e enviamos a outros. Estamos falando de atualizações em tempo real”, conclui.

Desde o dia 7 de novembro a gestão da regulação do Estado foi assumida pela Organização Social Instituto de Gestão por Resultados. Ontem, a secretaria também apresentou a sede do Complexo Regulador, no Bairro Santo Antônio, que foi reformada e ampliada.



GOIÁS

Detran e Sefaz divulgam calendário de pagamento do IPVA

Não haverá alteração na alíquota do imposto

🗓 | 29.11.18 - 19:46

[Tweelar](#) [Share 0](#)



A Redação

Goiânia - A Secretaria da Fazenda e o Departamento de Trânsito de Goiás (Detran) divulgam o Calendário de Pagamento do IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores) e licenciamento anual para 2019. O IPVA continua sendo pago em três parcelas ou parcela única, de janeiro a novembro, dependendo do final da placa do veículo.

As mudanças na Instrução Normativa nº 325, da Sefaz, que trata do pagamento do imposto deverá ser divulgada em meados de dezembro, junto com a tabela da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (FIPE), que fixa o valor venal dos veículos de várias marcas e modelos, que serve de base de cálculo para a cobrança do IPVA.

O veículo novo não paga o imposto no ano de sua aquisição. O valor venal dos veículos em circulação é alterado todos os anos, o que exige a pesquisa feita por empresa especializada. Não haverá alteração na alíquota do IPVA no próximo ano.